



## *Desmundo e Ponciá Vicêncio,* mulheres brasileiras em debate.

Juliana Cristina Minaré Pereira <sup>1</sup>

---

### RESUMO:

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado intitulada *Feminismos plurais: uma leitura crítica de Desmundo e Ponciá Vicêncio*, defendida pela UNESP / FCLAr, que trata da singularidade das mulheres, representadas pelas personagens Oribela e Ponciá. O objetivo aqui é apresentar brevemente a discussão em torno da pergunta: o que é ser mulher? A partir das personagens do *corpus*, é possível perceber as nuances existentes entre as mulheres brasileiras, evidenciadas pelas diferentes formas de opressão que as afligem, atravessadas por questões de raça e classe. A análise passa pela formação da literatura de autoria feminina brasileira, fundamental para a criação de personagens combativas e questionadoras como acontece nas obras.

---

### PALAVRAS-CHAVE:

*Desmundo;*  
*Ponciá Vicêncio;*  
Autoria feminina;  
Feminismo;  
Mulheres.

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Literários pela Unesp/Araraquara. Professora de Língua Portuguesa na rede municipal do Estado de São Paulo. [juminare@gmail.com](mailto:juminare@gmail.com).

## 1 Introdução

O presente texto é um recorte da minha tese de doutoramento, intitulada *Feminismos plurais: uma leitura crítica de Desmundo e Ponciá Vicêncio*, defendida no fim de 2023, pela UNESP / FCLAr. A pesquisa surge da inquietude advinda da leitura das obras do corpus, *Desmundo*, de Ana Miranda, e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e o ecoar de uma questão central: o que é ser mulher? Tal indagação nasce a partir da observação da construção das personagens principais, Oribela e Ponciá, duas mulheres que figuram a experiência feminina brasileira. Ambas sofrem as agruras do sistema patriarcal que determina de forma brutal o lugar de subalternidade feminino. Além disso, as obras tratam de questões da memória, da diáspora e de uma intensa busca das personagens para serem elas mesmas.

Colocar Oribela e Ponciá em perspectiva foi uma forma de analisar, dentro da literatura, como duas personagens podem ter tanto em comum e ao mesmo tempo serem tão diferentes. Duas mulheres, porém, com dores e vivências distintas, que são atravessadas por questões de gênero, raça e classe. Esse recorte tem como objetivo apresentar tais diferenças a partir do entendimento da literatura de autoria feminina, que produz personagens que estão atreladas às suas autoras, influenciadas, também, por questões de raça e classe. Essa distinção aparece na forma como as personagens são construídas, como é feito o trabalho com a linguagem e a construção do enredo.

Nesse texto, serão discutidos as opressões que afligem as mulheres, negras e brancas, alguns pontos do debate sobre autoria feminina, que possibilitam o surgimento de personagens combativas ao sistema patriarcal, além de alguns trechos das obras que corroboram as discussões apresentadas.

## 2 Oribela e Ponciá, duas mulheres?

De início, é importante destacar algumas definições sobre o que é ser mulher. Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, publicado em 1949, traz reflexões basilares para o entendimento da condição feminina marcada pelos abusos do patriarcado. A obra inicia, de maneira enfática, questionando a necessidade de se escrever uma obra sobre mulheres, já que não seria pertinente tal escrita para os homens, pois são eles que dominam os espaços e comandam as regras do jogo social. Desse ponto, Beauvoir passa, então, a discutir sobre o que seria o ser mulher, o que determina essa condição além da evidência de “que há fêmeas na espécie humana” e segue em sua reflexão:

[as fêmeas] constituem hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo, dizem-nos que a feminilidade ‘corre perigo’; e exortam-nos: ‘Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres’. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto,

necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade (BEAUVOIR, 2017a, p.09).

A partir do questionamento em relação à pertinência de um estudo sobre a mulher é colocado em debate a feminilidade, elemento fundamental no entendimento da condição feminina. Dessa maneira, é perceptível que esse “ideal feminino”, que se trata de um padrão a ser seguido por todas as mulheres e que as define enquanto tal, é um dos mecanismos de opressão social que pesa sobre o corpo feminino. Há um padrão comportamental que deve ser rigorosamente seguido para que haja um enquadramento na categoria mulher. A autora segue,

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 2017a, p.11).

Beauvoir faz esse questionamento para dizer que o ser mulher precisa se definir como tal, se apresentando como o outro, aquele que não é o masculino, não é o dominante, já que “o homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino vir o sentido geral do vocábulo homo” (2017a, p.11). Em outras palavras, é o homem quem domina a sociedade e essa funciona de acordo com as necessidades e vontades daquele. Para as mulheres fica o papel secundário, com regras a serem seguidas e que são determinadas pelos homens. Nesse cenário, “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo” (2017b, p.185).

Esse questionamento sobre o ser feminino e seu papel social permeia a obra nessa busca por entendimento da condição da mulher. Parte-se de uma tentativa de definição para determinar os lugares sociais que são reservados às mulheres, sempre relacionados a sua condição biológica de fêmea e à feminilidade, associada à essência feminina e ao que lhe é pré-determinado, como o casamento. Betty Friedan, em *A mística feminina*, publicada em 1963, vai questionar esse papel essencializador da figura feminina, sobretudo em relação ao matrimônio, destino certo das mulheres, como apontou Beauvoir.

Todos afirmavam que seu papel era procurar realizar-se como esposa e mãe. A voz da tradição e da sofisticação freudiana diziam que não podia desejar melhor destino do que viver a sua feminilidade. Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir

o marido de morrer jovem e aos filhos de se transformarem em delinquentes (FRIEDAN, 1963, p.17).

Sua obra torna-se, então, um veículo de contestação dessa condição existencial da mulher ligada apenas ao ambiente doméstico, ao cuidado do marido e dos filhos. As mulheres estavam insatisfeitas com o papel de dona de casa e procriadora, não se sentiam felizes com essa situação limitante de suas individualidades. Esse estado foi denominado pela autora de vazio feminino, já que muitas mulheres desejavam que suas existências pudessem transcender o que estava preestabelecido. A partir da disseminação dessas contestações, as mulheres começaram a se movimentar em busca de mudanças.

Desse panorama apresentado até aqui é possível ter uma ideia do que é ser mulher. Em linhas gerais, vivemos em uma sociedade patriarcal que determina os papéis sociais por meio do gênero, dessa forma, as mulheres são tratadas a partir de suas características biológicas. No entanto, é preciso perguntar: de quais mulheres Simone de Beauvoir e Betty Friedan estão falando? É possível utilizar as definições por elas cunhadas para tratar das diversas existências femininas? É possível replicar a realidade francesa e a norte-americana para analisar as mulheres brasileiras? Essas são questões fundamentais para pensarmos Oribela e Ponciá. É a partir da profunda diferença existente entre elas que esse estudo surge, para mostrar, por meio da literatura, como as vivências femininas são singulares.

Para iniciar o debate sobre essas diferenças, apresentamos o discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851, num encontro de mulheres norte-americanas.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>2</sup>

Truth foi uma ativista que lutou intensamente pelos direitos das mulheres negras. Enquanto o movimento feminista surgido nos Estados Unidos era declaradamente racista, ela enfrentou o sistema e se colocou enquanto mulher que buscava conquistar seus direitos. Seu discurso acima transcrito é mundialmente conhecido pela potência que tem: como mulher negra ela fez coisas que as mulheres brancas sequer imaginavam, coisas que nem mesmo os homens, brancos ou negros, eram capazes de fazer. Toda sua vivência de trabalho forçado e exploração exclui dela

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> - Acesso em 14/09/2024.

o direito de ser mulher? É nesse ponto que queremos chegar. As existências femininas são complexas e distintas entre si.

Diante de visões distintas sobre a existência feminina, esse estudo torna-se uma tentativa de demonstrar pela literatura como as mulheres são diferentes e complexas e como é fundamental que essa diferença seja tratada de maneira clara e explícita. Não se trata, ainda, de segregar mulheres negras de mulheres brancas e sim demarcar as diferenças para que se possa pensar em união. Se as desigualdades não forem reveladas, incorre-se no erro de subestimar os problemas, apagar individualidades e reforçar a distância que existe entre negras e brancas. As duas obras demonstram essa diversidade. Não há uma perspectiva única, não é uma questão de negar e sim de pensar a partir do diferente, nas mulheres e não só na mulher.

Acrescenta-se ao debate o entendimento de Angela Davis em *Mulheres, raça e classe*. Publicada pela primeira vez em 1981, a obra traz uma recuperação histórica, lançando luz sobre a história das mulheres negras norte-americanas, revelando dados e informações apagados pela historiografia oficial. Davis discute a força e a luta das mulheres negras que enfrentaram o sistema escravocrata, buscando conquistar o direito de não serem exploradas, fosse pelo trabalho forçado, fosse pelo abuso de seus corpos, fosse pela venda de seus filhos. A luta surtiu efeitos, a escravidão foi abolida, mas seus problemas estavam longe de serem resolvidos, já que a exploração não deixou de existir, apenas mudou a forma de acontecer. O destino da mulher negra “livre” era certo: o campo, a cozinha ou a lavanderia, como se lê a seguir:

Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários (DAVIS, 2016, p.97).

Os dados demonstram que a liberdade conquistada estava longe de ser o ideal. A exploração permaneceu, o que mudou foi a maneira como era feita, mantendo a mulher negra num estado de constante dependência e sempre ocupando lugares subalternos e que não eram ocupados por mulheres brancas. Além disso, essa nova forma de exploração trouxe outras consequências para a população negra, “como resultado da emancipação, uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado indefinido de servidão por dívida” (p.98). Ponciá Vicêncio representa esse processo na realidade brasileira. Terras eram “doadas” à população negra, mas na prática o que acontecia era uma manutenção da dependência com o senhor, que precisava da mão de obra e adaptou a forma de manter os negros presos em suas propriedades e desenvolvendo o trabalho pesado nas lavouras.

As pessoas que trabalhavam como meeiras, que supostamente eram donas do produto de seu trabalho, não estavam em melhor situação do

que quem trabalhava para quitar dívidas. Aquelas que “arrendaram” a terra imediatamente após a emancipação raramente possuíam dinheiro para saldar os pagamentos do aluguel ou para comprar o que precisavam antes da colheita da primeira safra (DAVIS, 2016, p.98).

Na realidade das mulheres, nada mudou em relação aos abusos sexuais. Elas permaneceram com escravas sexuais dos homens brancos e ocupando os piores lugares no mercado de trabalho.

Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade que “mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos” – e, se elas resistissem aos ataques sexuais desses homens, com frequência eram jogadas na prisão para serem ainda mais vitimizadas por um sistema que era um “retorno a outra forma de escravidão” (DAVIS, 2016, p.99).

A não aceitação dos abusos ainda era utilizada como ferramenta de mais exploração: o encarceramento em prisões, para que as mulheres voltassem a ser exploradas pelo trabalho, sem direito a salário. O corpo das mulheres negras não lhes pertencia, estava sempre a serviço do homem branco e do sistema por ele criado e mantido. Esse é o pequeno resumo da condição de vida das mulheres norte-americanas e a partir dele é possível voltarmos à pergunta: o que é ser mulher? A mulher definida por Beauvoir não é a mesma de quem fala Angela Davis. O serviço doméstico, destino certo para mulheres negras, era para ser realizado na casa das mulheres brancas de quem falava Betty Friedan.

Para discutir a realidade brasileira, Lélia Gonzalez, em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, demonstra com clareza o destino das mulheres negras no país: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados” (GONZALEZ, 2019, p.240). Nesse excerto a autora condensa a realidade da mulher negra brasileira: foram libertas das senzalas, mas sem qualquer tipo de reparação, o destino estava traçado, a subalternidade dos serviços que ninguém queria fazer. E, além disso, a predeterminação do espaço que essas mulheres ocupam, a favela. A periferia, como destino certo da população negra, torna-se o lugar daqueles que não querem nada com a vida, dos endividados, dos desviantes e excluídos.

Essa realidade não é muito distinta das mulheres negras dos Estados Unidos, como aponta Davis, mas é muito distinta das mulheres de Friedan. Enquanto esta trata da mística feminina centrada na dona de casa, na esposa e cuidadora dos filhos, Lélia Gonzalez nos revela a mística da mulher negra brasileira como o oposto, completamente apartada dos espaços de dominação e poder. A mulher negra do Brasil é também esposa, dona de casa e tem filhos, no entanto, antes de exercer esses cuidados para os seus, ela precisa dedicar sua vida ao cuidado da casa, do esposo e dos filhos das outras mulheres, das brancas.

Há outras nuances na condição da mulher negra brasileira:

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: ‘Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar.’ Que se atenda aos papéis atribuídos às amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os ‘burros de carga’ (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, constata-se como a exploração socioeconômica se faz aliada da superexploração sexual das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 2020, p.49).

Nesse excerto revela-se com clareza as diferenças das mulheres. As brancas, como apontou Beauvoir, têm como destino o casamento, já as negras, a depender do seu tom de pele, servem para o sexo ou para o trabalho. O casamento não é uma instituição a elas concedida. Quando as mulheres brancas lutam para deixar o espaço doméstico, esse vazio passa a ser ocupado pelas mulheres negras, que já têm o destino traçado para esse lugar de subalternidade. Alguém precisa fazer o serviço pesado, cuidar da casa e dos filhos. Quando as mulheres brancas não querem mais esse papel, resta às negras o ocupar. Isso se dá por esse “destino” marcado, que se forma devido ao empobrecimento das mulheres negras, que para sobreviverem precisam trabalhar com o que for necessário para conseguir sobreviver. E, além disso, há a questão sexual, já que o corpo da mulher negra, principalmente da mulata, é visto como objeto sexual a serviço dos homens brancos.

Essa diferença no trato social dado às mulheres está evidente nas duas obras. Oribela, apesar da repulsa que sentia, estava consciente de seu destino: “queria me livrar da minha alma criada entre os tigres do deserto [...] e aceitar meu destino, aceitar o noivo que me davam a rainha e a governadora” (MIRANDA, 1996, p.65). A personagem foi enviada ao Brasil para cumprir o papel social do casamento, de contribuir para a construção da nova sociedade colonial. Ponciá, saída às pressas da vila, chega à cidade, com fome, sem destino e a única coisa que consegue pensar é buscar emprego em casa de família, reproduzindo o que já acontecia na roça. “Assim que saiu mais uma fiel, ela avançou gaguejando e conseguiu falar de sua necessidade de arrumar emprego” (EVARISTO, 2002, p. 37). Os trechos evidenciam o papel predeterminado que cada mulher carrega consigo, atrelados a diferença racial.

### 3 Autoria feminina

O debate sobre os diferentes tipos de existência feminina ganha destaque pelas lentes das próprias mulheres, que passam a escrever obras que trazem em seu cerne personagens complexas e, sobretudo, questionadoras da ordem estabelecida pelo patriarcado. A autoria feminina ganhou espaço no cenário literário brasileiro na segunda metade do século XX, e com ela as personagens femininas passam a figurar na literatura promovendo discussões outrora silenciadas.

Rita Terezinha Schmidt em *Na literatura, mulheres que reescrevem a nação*, publicado em 2019, faz uma abordagem global da formação da literatura brasileira e como a escrita das mulheres é integrada a esse universo, destacando a invisibilidade da escrita feminina no processo formativo da literatura brasileira. Não havia espaço para as mulheres e a literatura nacional se formou a partir do mito do herói indígena sempre pensando pelo masculino.

O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constitui-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente. As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva e horizontal [...] (SCHMIDT, 2019, p.65).

A formação da literatura brasileira se deu a partir da força imposta pelo sistema patriarcal, que sempre colocou os homens em posição de destaque e as mulheres na subalternidade, inclusive na escrita. Era negado às mulheres o direito de estudo, o que as impedia de ingressar no universo das letras. A conquista desses espaços aconteceu de maneira gradual e com muita luta das que queriam ocupar seus lugares no mundo acadêmico. A literatura de autoria feminina torna-se, então, fundamental no processo de acesso das mulheres à literatura e, também, no debate sobre questões de gênero.

A gradual visibilidade de muitas obras de autoria feminina no campo acadêmico, cujas reedições começam a circular e até mesmo a integrar alguns currículos de ensino de Letras, não só agregam à construção de saberes literários, mas afetam o estatuto da própria história cultural e, particularmente, as reflexões de ordem historiográfica e crítica. De modo particular, os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença. A hegemonia desse sujeito sempre esteve calcada em formas de exclusão de outras vozes, outras representações. Nesse sentido, o processo de desconstrução da nacionalidade implica reconhecer textos marginalizados em razão da diferença de gênero, raça e classe social. É a vontade de construir a história dos próximos quinhentos anos, como resultado da ação emancipadora de um conhecimento do passado, que nos leva a percorrer alguns caminhos do processo de naturalização da nação homogênea e a ouvir vozes silenciadas (SCHMIDT, 2019, p.66).

As mulheres sempre escreveram, mas é a partir do momento que elas conquistam mais espaço na sociedade que sua literatura ganha visibilidade e a se constituir como um estilo de escrita que promove reflexões que não eram feitas na literatura escrita pelos homens, como discutir o que é ser mulher. Schmidt destaca algo que é fundamental nesse estudo: a alteridade.

Na construção da genealogia brasileira, não houve espaço para a alteridade, e a produção literária local traduziu a intenção programática de

construção de uma literatura nacional, perspectivada a partir de um nacionalismo romântico abstrato e conservado e atravessada pela contradição: desejo de autonomia e dependência cultural. Compreende-se, dessa forma, que o projeto romântico, mesmo quando articulava o desejo político de construção identitária que promovesse as particularidades locais, estava acumpliciado ao modelo cultural dominante da missão civilizatória em alerta contra a irrupção da barbárie, figurada na condição essencializada do outro, dentro do paradigma etnocentrista do colonizador (SCHMIDT, 2019, p.68).

A construção da identidade nacional foi pautada apenas no pensamento masculino que estava completamente atrelado aos ideais colonizadores, deixando de fora a ampla maioria da população brasileira e que de fato representa o que é o nacional.

No processo de constituição da identidade nacional, o domínio da cultura literária e o da cultura nacional – domínios que, geralmente, guardam certa distância e tensão entre si – foram histórica e discursivamente construídos de modo a convergir num todo coerente e estável. Essa convergência só ocorre quando à nação é conferido um sentido mais psicológico do que político, sendo que o sentido psicológico neutraliza as diferenças internas para reforçar o princípio da diferenciação em relação ao que está fora dela – o território do outro. Nessa perspectiva, a explicação histórica da nação se consolida nas bases de uma ordem social simbólica pautada na imagem da integralidade de um sujeito nacional universal, cuja identidade se impõe de forma abstrata, dissociada de materialidades resistentes como raça, classe e gênero, as quais representam a ameaça da diferença não só às premissas daquele sujeito, presumidamente uniforme e homogêneo, mas ao próprio movimento de sua construção na produção da nação como narração (SCHMIDT, 2019, p.69).

Nessa passagem, Schmidt condensa o que foi a formação da nossa literatura: a exclusão de todas as diferenças possíveis e que são a base que constitui o país. Esse apagamento traz reflexos importantes para a sociedade, já que se exclui da literatura as diferenças que nos constituem como nação. Assim, a literatura escrita por mulheres surge na tentativa de diminuir essa discrepância, trazendo para o literário outras visões do nacional. No entanto, apesar de toda a relevância dessas produções femininas e os questionamentos que elas promovem, é preciso acrescentarmos ao debate da autoria feminina a pergunta que move essa pesquisa: sobre quais mulheres estamos falando quando dizemos “literatura de autoria feminina”?

É nesse cenário efervescente de escrita feminina que surgem autoras como Ana Miranda e Conceição Evaristo, que trazem para a produção literária questões importantes sobre a condição feminina. Ana Miranda tem em seu projeto literário a retomada de questões históricas do Brasil, ficcionalizando dados sempre apresentados da perspectiva do colonizador, como é o caso de *Desmundo*, que tem no centro da narrativa uma menina contando sobre a viagem ultramarina e suas consequências: a exploração das terras brasileiras, dos indígenas e, principalmente, o

abuso em relação aos corpos femininos. Conceição Evaristo, por sua vez, traz na sua obra a vivência negro brasileira. Sua ficção é atravessada pelas histórias de seus antepassados, como acontece em *Ponciá Vicêncio*, que traz para a literatura a ficcionalização do período pós escravização e suas consequências para a população negra.

As personagens principais do *corpus* colocam a perspectiva feminina no centro do texto literário, possibilitando uma visão diferente sobre a história feminina e, ainda, apresentando as questões de gênero de maneira distinta. Em outras palavras, temos o revelar da singularidade da mulher brasileira. O sistema patriarcal se apresenta para todas, porém a exploração do corpo feminino se revela de formas singulares a depender do tom da pele, da origem, como se vê em cada obra.

## 4 Oribela e Ponciá, mulheres brasileiras

Não resta dúvidas, não é possível dizer “mulher brasileira”. O plural precisa estar presente, pois cada uma tem suas particularidades, aqui em debate o tipo de opressão imposto por essas diferenças. Oribela, a mulher branca portuguesa, tem como destino o casamento forçado. Ponciá, a mulher negra, está fadada ao trabalho doméstico. Ambas são vítimas de um sistema que trata as mulheres como objetos a serviço dos homens.

Nesse breve recorte, vale destacar alguns trechos que corroboram o que vem sendo dito sobre a diferença de opressão das mulheres. Em *Desmundo*, é a Igreja quem determina o destino de Oribela: ela deve casar-se com o colonizador e contribuir para a formação de uma nova sociedade, espelho da matriz. Essa imposição faz com que ela tenha que seguir as regras do seu marido, Francisco de Albuquerque, o patriarca, vivenciando os abusos físicos e psíquicos impostos por ele e seu sistema. Em *Ponciá Vicêncio*, a figura patriarcal é representada pelo coronel Vicêncio. Ele é o colonizador. Assim, coronel Vicêncio e Francisco de Albuquerque são representantes do poder patriarcal e do poder colonial que essa posição, de homem branco, lhes garante.

Oribela, órfã, tem seu corpo colocado a serviço da rainha e é enviado para o desmundo e cumprir seu papel de fêmea. Ela alimenta a engrenagem do capital servindo como mantenedora da sociedade branca, impedindo a mistura de raças, garantindo a hierarquização pela cor. Seu corpo era apenas um objeto destituído de individualidade.

Disse o padre ser eu pura e virgem donzela criada no mosteiro de freiras, à luz da absconsa, que podia passar a papinhas de pão relado, leite fresco coado e uns alfinetinhos, de pele rosa e bela e olhos madressilva, ainda a florescer o corpo, de alma que se podia amansar como se faz a um cavalo, se era defeituosa, deixasse a pão e água que me iam alimpar, como me

houvera ferrado para vender por moura e ferro no pé (MIRANDA, 1996, p.56).

Nessa passagem a personagem está sendo apresentada para seus pretendentes a marido e é anunciada por suas características físicas, primeiro associadas à beleza e ao comportamento, porém, fica claro que pode ser tratada de maneira desumana, animalizada caso não cumpra o papel esperado para o tipo de mulher que é: branca que deve se casar e ter filhos brancos para construir a nova sociedade. Por ser destituída de voz, se torna um mero objeto para o bom funcionamento do sistema.

Para o debate em relação à classe, vale destacar que Oribela tem a possibilidade de “tornar-se senhora” devido ao fato de ser branca, porém, sua condição social de órfã pobre não lhe garante esse *status*.

Filhas dos demos, mas os olhos que se punham em nós destarte, neste país, não eram mais vazios, avistavam curiosos e as gentes até queriam saber nossos nomes, feito agora fôssemos de carne e alma, humanas, talvez com um desprezo por sermos fracas moças mal vestidas, mas não mais aquele não ver as nossas pequenezas, nem parecia que pensavam no que nossas mãos podiam, manter acessos os fornos e lumes, lavar roupas nos lavadouros, levar água ou girar as colheres nas panelas, lidar aos teares ou às agulhas e nossos corpos aos deleites da carne, não, nem mais despidas do silêncio que a cor da nossa pele branca e o nosso ar de cristãs, mancebas donzelas, era dote. De pobre, éramos ricas, de um tipo de cabedal nascido de nossa própria natureza, feito uma terra boa para plantar, ou uma mulher feia de alma boa. [...] Apenas mulheres, órfãs, pobres, mas tratadas como as italianas, as de pura pele e claros olhos e sem buços, que cheiravam como flores e brilhavam como o raio do sol, rainhas do purgatório, deusas dos infernos, cassandras dos destertos, flores de desertos (MIRANDA, 1996, p.42).

Ao longo da narrativa Oribela demonstra consciência da sua condição degradante como mulher pobre. Os corpos das meninas órfãs não lhes pertenciam. Por não terem família, e para evitar que se transformassem em prostitutas, exercendo um papel que não era do interesse da sociedade portuguesa, as meninas órfãs eram utilizadas de acordo com a necessidade da Coroa de Portugal, já que elas estavam sob sua guarda. Assim, o envio das meninas para se casarem na colônia era perfeitamente justificável, elas contribuíram para a formação de uma nova sociedade colonial que refletisse os valores da Matriz, ou seja, evitaria a miscigenação entre os povos, garantindo que os portugueses instalados no Brasil formassem famílias portuguesas. Mesmo diante dessa imposição aos corpos das meninas, há uma demarcação clara das diferenças existentes entre as mulheres que figuram a obra:

Manso o mar, desceram os baús, os barris, as coisas no desembarcadouro. Içados numas cordas nas gaiolas desceram os cavalos e as vacas, mareados, de náusea, que uns iam ao chão logo soltados dos cabos. Bares de pimenta do estreito do Meca e outra drogas sem que o rei tivesse notícia, corjas de roupas, azeite, vinho, ferramentas, mulheres africanas com algemas nas mãos que não traziam no corpo mais que a pele pregada aos ossos, duas crianças de leite mandadas pelo rei para crescerem línguas conhecedores das falas dos brasilos, tudo veio ao terreiro em carros tangidos por bois e cafres muito arduamente terra acima (MIRANDA, 1996, p.38).

No início da narrativa há uma descrição do que está sendo descarregado da nau em solo brasileiro, as mulheres africanas aparecem em meio a objetos e animais, como mais uma “coisa” que foi trazida pelos colonizadores. Diante dessas representações das figuras femininas presentes na obra de Ana Miranda, é possível dizer que há um abismo que separa tais mulheres, e é necessário marcar as diferenças e lançar mão de teorias que deem conta de abarcar existências tão distintas.

De forma distinta de Oribela, Ponciá busca a travessia, saindo em busca de uma nova vida. O que não sabia, no entanto, é que seu destino como empregada doméstica já estava traçado.

Ponciá aguardou essa última com as palavras já desgarrando dos lábios. Tinha de ser breve. Mal a dona saiu, ela tocou-lhe o braço. Explicou-lhe que estava chegando à capital. Viera de trem. Aquele trem que passava no povoado de “Vila Vicêncio”. Estava à procura de trabalho. A dona olhou para ela de cima a baixo. Disse não estar precisando, mas uma prima talvez estivesse. Escreveu em um pedacinho de papel o endereço e depois leu bem alto para Ponciá Vicêncio, pedindo que ela fosse lá, ainda naquela manhã. [...] Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça, que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade (EVARISTO, 2002, p.38).

Nessa passagem há alguns elementos que demarcam a vivência sofrida das mulheres negras. O deslocamento de seu lugar de origem e o afastamento de seus familiares marcam a existência de Ponciá. Ela precisa sair de perto de sua família para tentar uma vida diferente, longe da exploração que conhece. Há também as marcas da dificuldade de expressar pensamentos e sentimentos, a personagem não teve oportunidade de frequentar a escola, aprendeu as primeiras letras com um missionário que passou pela vila, mas tudo com muita dificuldade, inclusive precisou aprender uma nova linguagem para lidar com a atividade e a vida na cidade. E por fim, demonstra que já havia para Ponciá um destino certo na cidade grande, trabalhar como doméstica na casa de mulheres brancas.

A personagem é fruto da exploração do capital, que explorou corpos negros para o acúmulo de riquezas. Finda a exploração escancarada, o resultado foi um

contingente enorme de mulheres empobrecidas, que precisavam se submeter a outros tipos de abuso e exploração para sobreviver. A origem desse destino é explicado na passagem a seguir:

Tempos e tempos atrás, quando os negros ganharam aquelas terras, pensara que estivesse ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vicêncio. O coração de muitos regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter suas terras e os seus plantios. Para alguns, Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus. O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela 'Lei Áurea', os seus filhos, nascidos do 'Ventre Livre' e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de poder que, como Deus, se fazia eterno (EVARISTO, 2002, p.42).

Nessa passagem, há uma representação de como o processo de libertação dos negros aconteceu. Eles foram libertos das senzalas e ganharam pedaços de terras em que podiam plantar. Na teoria, uma forma de garantir que tivessem meios de se sustentarem e uma forma de reparação com essa população. A prática, entretanto, demonstrou que o modelo estabelecido pelos coronéis não funcionava, já que existia uma dependência entre os ex escravizados e o antigo dono. Eles precisavam se manter trabalhando nas grandes lavouras, mantendo o ciclo de dependência sempre ativo. Não havia, portanto, possibilidade de autonomia plena nem para os homens e nem para as mulheres. Em outras palavras, a exploração apenas mudou o estatuto legal do sujeito, assim como o processo de colonização. O Brasil torna-se 'livre', deixa de ser uma colônia, mas a colonialidade mantém-se sempre ativa. Nesse cenário, a manutenção da colonialidade é uma forma de continuar dominando os negros, os pobres, as mulheres.

Nessas breves passagens das obras, é possível perceber como as narrativas trazem para o centro de literatura brasileira o debate sobre gênero, raça e classe, a partir da perspectiva de personagens femininas. Esse recorte também contribui para responder à pergunta: o que é ser mulher? Percebe-se que o sistema patriarcal lança mão estratégias distintas para oprimir as mulheres, logo, torna-se fulcral lançar mão das ferramentas adequadas para compreender tais narrativas. Não é possível utilizar as mesmas teorias, não é possível observar da mesma perspectiva. E, como já dito, essa distinção não serve para separar mulheres branca e negras. Ao contrário, é fundamental olhá-las em suas singularidades para que haja respeito numa união contra o patriarcado.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. Fatos e Mitos.** Tradução Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. A experiência vivida.** Tradução Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso Digital.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Petrópolis: Vozes, 1971.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

MIRANDA, Ana. **Desmundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, Rita T. Na literatura, mulheres reescrevem a nação. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.



## *Desmundo e Ponciá Vicêncio,* brazilian women in debate

---

### ABSTRACT:

This article is an excerpt from the doctoral thesis entitled *Plural Feminisms: a critical reading of Desmundo and Ponciá Vicêncio*, defended by UNESP / FCLAr, which deals with the singularity of women, represented by the characters Oribela and Ponciá. The aim here is to briefly present the discussion around the question: what is it to be a woman? From the characters in the corpus, it is possible to perceive the nuances that exist among Brazilian women, evidenced by the different forms of oppression that afflict them, crossed by issues of race and class. The analysis goes through the formation of Brazilian women's literature, which is fundamental to the creation of combative and questioning characters, as is the case in these works.

---

### KEYWORDS:

*Desmundo;*  
*Ponciá Vicêncio;*  
Female authorship;  
Feminism;  
Women.